

ENSAIO SOBRE O ATUAL PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL

Érica Imbirussú¹

Sabrina De Leon²

Área 05-Estados nacionais e políticas sociais: Economia Política do capitalismo contemporâneo

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar um estudo da relação entre a dependência do padrão de reprodução do capital que se configurou nos anos 1990 e se mantém até os dias atuais e a dinâmica da agricultura. O estudo se justifica devido ao fato de que as evidências empíricas da relação entre dependência e agricultura se tornaram cada vez maiores no capitalismo brasileiro nos últimos 25 anos. Podendo ser expressa tanto nas crescentes e vultosas transferências de riqueza para o exterior — via remessa de lucros, juros e nos serviços de propriedade intelectual — quanto na crescente dependência tecnológica, especialmente em relação às multinacionais do ramo da biotecnologia. Metodologicamente, esta pesquisa se guiará pelo método histórico-dialético, no âmbito da Teoria Marxista da Dependência. No que diz respeito à parte empírica do estudo, serão analisados: (i) a evolução dos marcos regulatórios e da dinâmica institucional pertinente às questões agrícolas e (ii) os dados estatísticos da agricultura disponibilizados pelos órgãos oficiais. Por conseguinte, verifica-se que as inovações nas formas de apropriação de insumos e da produção, nas quais as multinacionais estrangeiras cumprem um papel crucial, reforça e aprofunda os laços de dependência financeira e tecnológica do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Padrão de reprodução do capital. Agricultura. Dependência.

ABSTRACT

The objective of this work is to study the relationship between a dependence on the pattern of reproduction of capital that was established in the 1990s and continues to the present day, and the dynamics of agriculture. The study is justified due to the fact that as empirical evidences of the relationship between dependence and agriculture, Brazilian capitalism has been increasing in the last 25 years, expressed both in the growing and voluminous transfers of wealth abroad - via remittances of profits, interest and in intellectual property services - and in the growing technological dependence, especially in relation to multinationals in the field of biotechnology. Methodologically, this research will be guided by the historical-dialectical method, it is not the right of the Marxist Theory of Dependency. Regarding the empirical part of the study, we analyze: (i) the evolution of the regulatory frameworks and the relevant institutional dynamics in the agricultural areas and (ii) the statistical data of agriculture available by the official bodies. Therefore, as innovations in the forms of input appropriation and production, in which foreign multinationals play a crucial role, it reinforces and deepens the ties of financial and technological dependence of Brazilian capitalism.

Keywords: Pattern of reproduction of capital. Agriculture. Dependency

¹ Doutoranda em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ericaimbirussu@gmail.com

² Mestre em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. deleonsabrina91@gmail.com

INTRODUÇÃO

A colonialidade do poder determinou que a área ora denominada de Abya-Yala, Tawantinsuyu e Anahuac entre outros nomes aos quais seus povos originários a denominavam, tornasse América Latina (QUIJANO, 2005). Esta região desde o período das grandes navegações até os dias atuais desperta interesse, em especial, por seus recursos naturais com a finalidade de acumulação de riquezas, antes seus destaques eram, o ouro e a prata, e hoje, além destes, temos o petróleo e os minerais. Acrescenta-se outras *commodities*, como a soja, dentre outros produtos (*commodities*) que compõem a cesta atual do agronegócio.

A América Latina – e, por conseguinte, o Brasil - se insere no sistema mundo de forma subordinada, ou seja, dependente, pois, foram as suas riquezas naturais que possibilitaram a acumulação de capital necessária para a revolução industrial na Inglaterra e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este, por sua vez, não se desenvolve de modo uniforme na região. São muitos países que apresentam elementos que a caracterizam de modo similar. Ao mesmo tempo, em que a região apresenta peculiaridades, que não permitem que os países sejam tratados com uniformidade.

Segundo Osorio (2012a) a região latinoamericana na atualidade apresenta o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. Entretanto, verifica-se que os países como, Argentina, Brasil e México, apresentam padrão de acumulação e seu consequente desenvolvimento diferente da maioria dos países latino-americanos. Ainda, dentro deste grupo, podemos diferenciar o padrão de acumulação do capital brasileiro, dada a sua estrutura produtiva diversificada e complexa. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a dependência do padrão de reprodução do capital que se configurou nos anos 1990 e se mantém até os dias atuais, e a dinâmica da agricultura no Brasil. Esta análise em curso será realizada à Luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Para Osório (2012b) este novo padrão de reprodução do capital reedita sob novas condições os velhos sinais de dependência e subdesenvolvimento na região.

Este trabalho será dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, apresenta o arcabouço teórico da teoria marxista da dependência. O segundo capítulo, analisa a dinâmica da agricultura no Brasil. E, o terceiro capítulo a análise e a discussão de alguns dados referentes a dinâmica da agricultura no Brasil para verificar se o país pode ser considerado como um padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva.

1. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

A categoria padrão de reprodução do capital constitui um elemento fundamental dentro do arcabouço teórico da teoria marxiana ao fazer a passagem dos elementos mais abstratos da teoria para o mais concreto. Marx ao elaborar sua teoria do desenvolvimento do modo de produção capitalista trata as relações em um nível muito alto de abstração. Osorio (2012a) propõe uma noção teórica que oferece um caminho possível de análise, através do padrão de reprodução do capital – categoria elaborada por Ruy Mauro Marini, mas desenvolvida por Osorio. Para tanto, ele descreve a relação entre esses graus de abstração e níveis de análise,

O maior grau de abstração entre esses níveis de análises refere-se à sua capacidade de apreender relações sociais e processos que fundamentam a realidade social, para o que é necessário deixar de lado certos aspectos do movimento histórico afim de compreender a essência. Assim, maior abstração é fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processos. Em menor nível de abstração, tais relações vão se tornando mais complexas e passam a apresentar características históricas, porque sua essência se expressa sob novas formas e particularidades (OSORIO, 2012a, p. 38).

Osorio (2012a) divide cinco categorias conforme seu nível de abstração. Da mais abstrata para mais concreta temos: i) modo de produção, destaca-se que o Capital de Marx se insere nesta categoria, a mais abstrata, ii) sistema mundial, ou seja, o sistema mundial capitalista, em que se situam problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, os movimentos cíclicos do capital. Este se estrutura de maneira heterogênea, pois apresenta, centros, semiperiferias e periferias. iii) A terceira unidade de análise se Osorio é **o padrão de reprodução do capital**, que por sua situação intermediária entre os graus mais abstratos e os mais concretos, pode fazer uso de conceitos e aportes metodológicos de ambos níveis de abstração, além dos que lhe são inerentes. Em um nível de análise mais concreta temos: iv) a formação econômico-social, em que deve-se considerar as relações políticas nessas unidades e nos agrupamentos humanos. E, v) a conjuntura, esta noção remete a unidades políticas temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflitos e os projetos que encabeçam tanto no seio das formações econômicas-sociais quanto no capitalismo como sistema mundial (OSORIO, 2012a).

Entre as cinco categorias de análise citadas, será dado destaque a terceira, principal categoria para a análise deste trabalho. Osório define a noção de padrão de reprodução do capital como:

Surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na

semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles. Considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas de produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando processo de valorização (incremento de valor e dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que estes processos geram (OSORIO, 2012a, p. 40-41).

Osório (2012a) separa os padrões de reprodução do capital na América Latina em três, até o presente momento e destaca que em momentos históricos específicos há dois modos de produção que convivem, são os períodos de transição em que um novo padrão surge e o anterior se torna subordinado. Conforme quadro 01 observa-se os diferentes padrões de reprodução do capital e seus períodos de transição.

Quadro 01: Padrão de Reprodução do Capital na América Latina

PADRÃO DE REPRODUÇÃO DOMINANTE	PERÍODO QUE ABRANGE
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do séc. XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao K estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: (OSORIO, 2012^a, p. 78)

O período do padrão de reprodução do capital agromineiro exportador na América Latina se estabelece até a segunda década do século XX. O mercado externo mantém-se como motor da economia, através da exportação de produtos dos setores da agropecuária e da mineração (OSORIO, 2012). Este período apresenta uma estrutura produtiva heterogênea e de especialização produtiva, no qual, há um setor moderno integrado à exportação e desarticulado do resto da economia e um setor atrasado voltado à subsistência e ao abastecimento do mercado interno, a heterogeneidade estrutural e se desenvolve de forma desigual. Os países do Cone Sul, (Argentina, Uruguai e Chile) se especializaram em couros, cereais e carne, o Brasil na plantação de café e o México em algodão, café, cobre e depois em minérios, gerando diferentes resultados nessas economias (GUILLEN, 2010).

O padrão de reprodução do capital industrial - segunda metade dos anos 1930 até os anos 1940, tem sua etapa autônoma, caracterizou-se pela produção de bens não duráveis, que fazem uso de técnicas de produção simples, o que configura uma limitação. Esta se encontra apoiada na demanda pré-existente dada a restrição de importação, que apresenta uma queda de seu coeficiente devido ao contexto internacional. A segunda etapa se desenvolve com a produção de bens de consumo duráveis. Se tratava de uma descentralização das atividades. Entretanto, a periferia do sistema, mesmo com início do processo de base nacional, não alcançou a acumulação de capital e um sistema de produção coerente e integrado. A tecnologia não desenvolveu o suficiente e foram mantidas as características de heterogeneidade estrutural (OSORIO, 2012a).

2. O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A relação entre agricultura e o padrão de acumulação do capital, destaca-se no Brasil, principalmente, pela forma que se dá o seu desenvolvimento através de formação social, política e econômica deste país. Dado que o Brasil apresenta distinção histórica em sua forma de colonização e o desenvolvimento produtivo em relação aos demais países da América Latina, o que acarreta divergência sobre o atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva para o Brasil. Desta forma, o objetivo deste capítulo é apresentar os marcos institucionais relacionados ao desenvolvimento da agricultura no país e sua relação com o padrão de reprodução do capital.

O campo se organiza segundo as regras do modo de produção vigente, o capitalista, em uma sociedade urbano-industrial. Portanto, não há uma dicotomia entre o campo x cidade ou rural x urbano, mas uma relação de influência mútua. Dado que o desenvolvimento capitalista é essencialmente contraditório, se observa no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado – os boias-frias por exemplo –, a presença das relações de trabalho não capitalistas, como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês etc. (OLIVEIRA, 2013, p.56).

O desenho do que vem a constituir a Questão Agrária no Brasil atual foi moldado desde a Lei de Terras de 1850 que junto a libertação dos escravos significou que o exército industrial de reserva não teria como se autossustentar sem uma relação com o capitalista, o que Neves (2005) afirma que resultou de um “contexto mais abrangente e internacional da divisão do trabalho”. Portanto, esta forma de (des)regulação mantém a possibilidade de aquisição da terras, apenas para os membros da elite, e conseqüentemente, inviabiliza a possibilidade das camadas sociais menos favorecidas,

incluídos os ex-escravos, de ter uma propriedade fundiária. Assim, há que assinalar o processo de expropriação dos povos originários da terra dada a voracidade com que o capital avança com uma distribuição de terras altamente concentrada expressa em seu índice de Gini-terra de 0,80 (INCRA, 2015).

Deve-se ressaltar que o Brasil, apresenta uma composição industrial mais complexa do que a maioria dos países da América Latina, portanto deve ter ressalvas a este no novo padrão caracterizado por Osorio. Destaca-se a importância que a Questão Agrária tem neste padrão, entendendo, a Questão Agrária como o, “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2014). Ou seja, verifica-se avanço do capital transnacional no campo, as relações capital-trabalho e seus impactos.

Uma importante herança da década de 1960 para agricultura foram as transformações tecnológicas acontecidas neste período, a chamada revolução verde. Estas transformações fizeram com que o capital ampliasse seu campo de ação e sua conseqüente dominação através do espaço agrário. Algumas das conseqüências deste processo foram: aumento da concentração de terra, aumento da concentração de renda, ampliação do uso de agrotóxicos, maior exploração da força de trabalho no campo. Osório (2012) destaca que neste período dada as crises econômicas, além da exigência de profundas mudanças tecnológicas aconteceu a implementação de uma nova divisão do trabalho e uma rearticulação da economia mundial, chamada de mundialização. Percebe-se que,

mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento (e que aproveitam as "janelas de oportunidades" abertas pelas novas tecnologias, como certo discurso gosta de destacar), o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população (OSORIO, 2012, p. 104).

A década de 1960 é caracterizada pelo período do padrão industrial. Embora não possa ser considerado o caso de todos os países da América Latina, é o caso do Brasil. Portanto, a revolução verde ou a modernização conservadora do campo brasileiro está relacionada a este padrão, e, por conseguinte, a entrada das multinacionais no país que fornecem os insumos para transformação no campo. Estas transformação não aconteceram no país de modo uniforme, tanto em seu caráter regional, quanto pelo caráter dos produtores que recebem acesso aos benefícios governamentais. As regiões do eixo centro-sul do país passam a ter uma agricultura mais moderna e os pequenos proprietários de terra pouco acessam benefícios como crédito, diferente dos grandes proprietários

rurais, que quanto mais terra maiores ganhos especulativos; maiores, também, a concentração e a centralização de capitais no campo (AGRA; SANTOS, 2017). Este início da industrialização da agricultura com novas técnicas de produção e nova reconfiguração das relações sociais e de dependência é a base da mudança em que o agronegócio se destaca.

O marco institucional de maior destaque na década de 1980 é a nova Carta Constitucional do Brasil de 1988 que representa o processo de redemocratização. Segundo Traspadini (2016, p. 233) “neste período o capital financeiro monopolista estruturou, no protagonismo hegemônico imperante de sua ordem contra o trabalho, uma nova divisão internacional e moveu as fronteiras do “nacional” para o discurso da inevitabilidade da era global.” Neste contexto, sob o capitalismo mundializado, segundo Oliveira (2006) a agricultura se estrutura sob três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Portanto, a condução da atividade agrícola torna-se parte da lógica financeira e subordinada a estratégias em nível internacional.

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independentemente das ações do governo, quanto à eventuais restrições às aquisições terras por estrangeiros (OLIVEIRA, p. 10-11).

O Estado mantém uma ambivalência que depende da correlação de forças entre as classes para determinar políticas. Entretanto, mantém privilégios de benefícios para o grande produtor rural e as demandas para o setor exportador e das regiões localizadas no eixo centro-sul do país. Assim, a questão agrária a partir do padrão de reprodução do capital se deve ao destaque que o agronegócio e a extração mineral passam a ter na dinâmica produtiva do país. Além destes, os demais setores em evidência, são os da construção civil, indústria automobilística e siderurgia. No entanto, o grande volume de exportação no setor primário, associado ao papel que este setor tem no Estado, com um poder de dominação política, dada a grande representação, que foi ampliada nestas últimas eleições com a bancada ruralista nos diversos âmbitos da estrutura política. Esta nova conjuntura política torna-se importante para compreender a dinâmica do processo de dependência.

3. ANÁLISE DE INDICADORES PARA O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL

Neste capítulo será apresentado alguns indicadores que sinalizam o padrão de reprodução do capital que se conforma no Brasil. Por se tratar de uma pesquisa em curso, não será possível definir de modo amplo as características que conformam a economia brasileira no período atual, apenas seus indícios.

Segundo Osorio (2012) um padrão caracterizado como exportador, destaca-se que os principais mercados da nova reprodução do capital, de seus setores mais dinâmicos, se encontra no exterior. Para análise do perfil de quem está investindo no país, o indicador de investimento estrangeiro direto (IED) no quadro 02, permite verificar se o país está com maior proporção de investidores internacionais ou nacionais. Osório (2012) assinala o crescimento na década de 1990 deste indicador na América Latina, principalmente, motivado pelas políticas neoliberais que incentivam as políticas de privatizações.

O quadro 02 - Dados de IDE por países selecionados, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Total AL
1990	1.836	989	590	500	2.634	
1992	4.044	2.061	966	729	4.393	
2994	3.067	3.072	1.773	1.667	11.503	
1996	4.285	11.112	4.091	3.322	8.566*	
1998	6.670	31.913	4.638	2.961	11.312	
2000	11.975	30.250	3.676	1.340	12.950**	
2005	4.296	19.197	5.012	3.683	22.722***	
2006	5.537	18.822	7,298	6.656	19.779	74.987
2007	6.437	34.585	12,534	9.049	29.714	114.363
2008	9.726	45.058	15.150	10.596	25.864	134.521

Fonte: OSORIO (2012, p.109)

*1990-1996: Cepal, La inversion extranjera em America Latina y del Caribe 1997.

** 1997-2000: Cepal, La inversion extranjera em America Latina y del Caribe 2000.

*** Média simples 2000-2006.

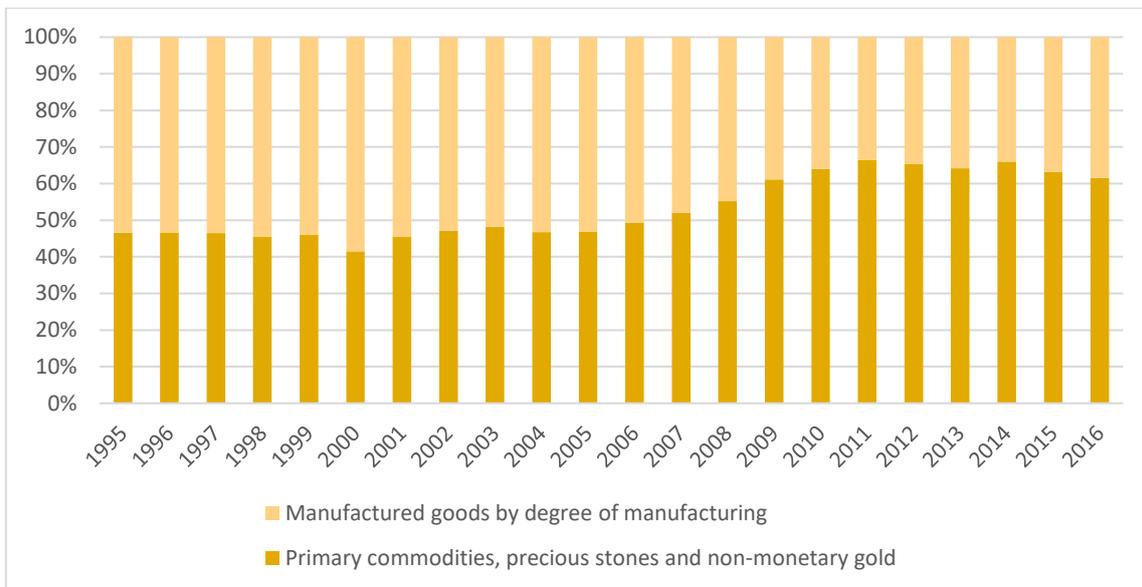
Destacando o Brasil, observa-se que o país se insere nos casos em que a década de 1990 apresenta elevado percentual de IED provocado pelas privatizações, que segundo Osorio 2012, transformou setor de telecomunicações quase em sua totalidade sob domínio do capital estrangeiro. Ainda, conforme o quadro 02, verifica-se dos anos 2006-2007, que o Brasil recebe cerca de um terço do IDE.

O fortalecimento e a consolidação de multinacionais brasileiras, sobretudo nos setores tradicionais de commodities (petróleo e petroquímica, mineração, siderurgia, papel e celulose, e alimentos) e serviços (engenharia e construção civil) reduzem o caráter defensivo das estratégias de internacionalização. O objetivo estratégico tem sido ampliar o espaço de acumulação de capital e reforçar a capacidade competitiva por meio da exploração de vantagens de propriedade acumuladas, inclusive financeiras (HIRATUKA, SARTI, p.50, 2011).

Segundo Black (2017) na década de 2000 o IDE do tipo *resource-seeking* é atraído pela valorização internacional das commodities, que inicia seu *boom* em 2003. A autora ainda destaca que este tipo de investimento, muitas, vezes, explora as vantagens de localização dos recursos e apresentam impactos duvidosos sobre o desenvolvimento. Embora Hiratuka e Sarti (2011) concordem como Black (2017) sobre a importância das commodities agrícolas para atração do IED. Os autores consideram relevante também os setores de serviço e o industrial.

A análise da especialização produtiva do novo padrão de reprodução do capital, dentre outros indicadores, também, faz-se necessário, verificar a composição das exportações e importações. Portanto, o gráfico 01 apresenta a composição das exportações por tipo de bens de 1995 até 2016. Conforme se observa no gráfico 01, as exportações brasileiras apresentam um declínio dos produtos industriais em relação as *commodities* primárias ao longo dos anos. Entretanto, esta mudança não ocorre de forma tão acentuada, nos anos de 1995 até 2006, a exportação de bens industriais são maiores em relação aos bens primários. Mesmo que, o boom das commodities tenham começado em 2003. Já de 2007 quando se dá a inflexão em que as *commodities* primárias apresentam o seu valor exportado ultrapassando dos bens industriais. Verifica-se um significativo aumento destas *commodities* primárias até o ano de 2016, ou seja, entre 2007 e 2016 houve um crescimento de quase 10 pontos percentuais das exportações destas *commodities*.

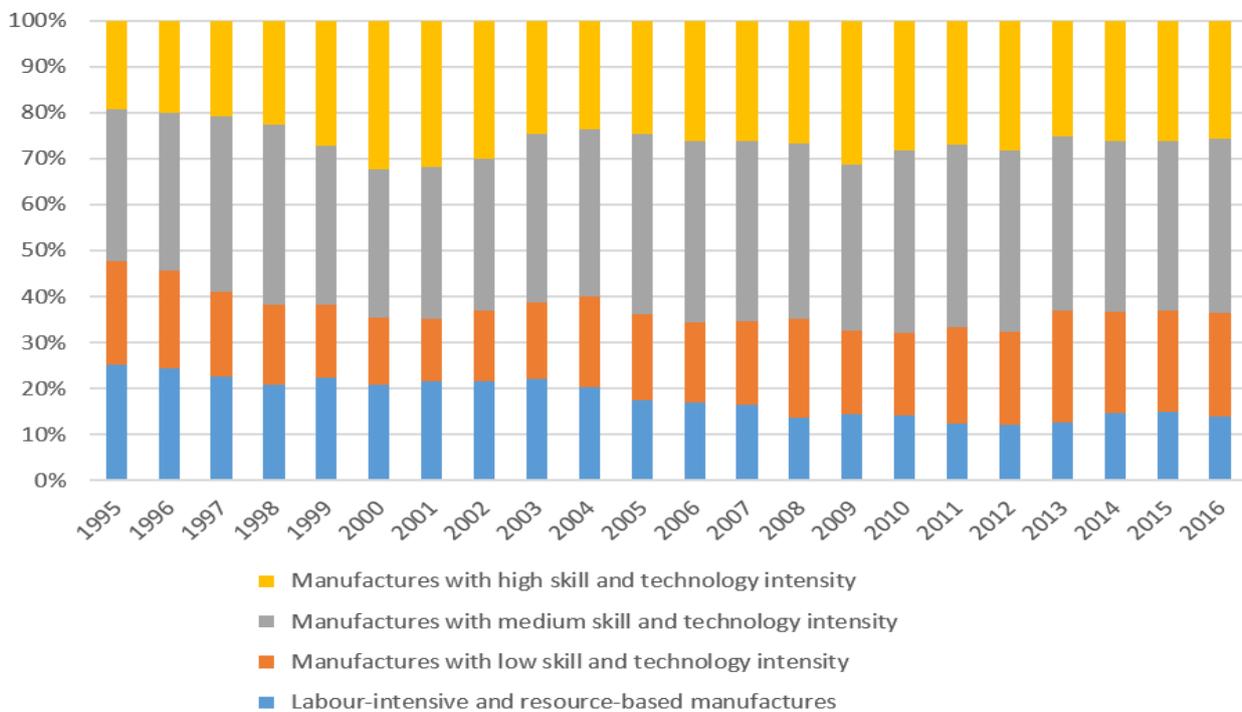
Gráfico 01 – Exportação do Brasil: bens primários, manufatura 1995-2016 (em milhares de dólares).



Fonte: UNCTAD (2017)

O gráfico 02 apresenta as exportações por intensidade tecnológica. Assim, verifica-se o nível de desenvolvimento tecnológico do país e evidencia o quanto ele é dependente, pois quanto maior for a exportação de bens de baixa intensidade tecnológica maior vai ser a dependência deste país em relação aos produtos de nações que produzam bens de alta intensidade tecnológica.

Gráfico 02 – Exportação do Brasil: intensidade tecnológica – 1995-2016 (em milhares de dólares).



Fonte: UNCTAD (2017)

O gráfico 02 de intensidade tecnológica evidencia que o Brasil tem poucos bens de alta intensidade tecnológica e que há um aumento de aproximadamente 6pp no período analisado. Os bens intensivo em recursos apresentam um declínio significativo de 11pp, embora o volume bruto tenha crescido no período. A maior parte dos produtos industriais exportados do Brasil são de bens com média intensidade tecnológica, estes representam em média no período 36,88% das exportações.

Segundo o ministério da indústria e comércio exterior (MIDIC, 2017) os principais produtos da pauta de exportação no Brasil de 2015 até a presente data são: soja mesmo triturada, minérios de ferro e seus concentrados, óleos brutos de petróleo, carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, inclusive miúdos, Farelo e resíduos da extração de óleo de soja, celulose, aviões, açúcar de cana, em bruto, Aviões e Automóveis de passageiros.

Os dados da tabela 01 revelam percentualmente o grau de dependência das economias, brasileira e da América do Sul, em relação a exportação de *commodities*. Verifica-se que o Brasil apresenta um grau maior de liberdade em relação as *commodities* agrícolas do que os países da América do Sul, pois os percentuais do Brasil nem chegam a 7% das exportações de *commodities* em relação ao PIB e os demais países da América do Sul apresentam em média ao longo dos anos selecionados um percentual de 15%.

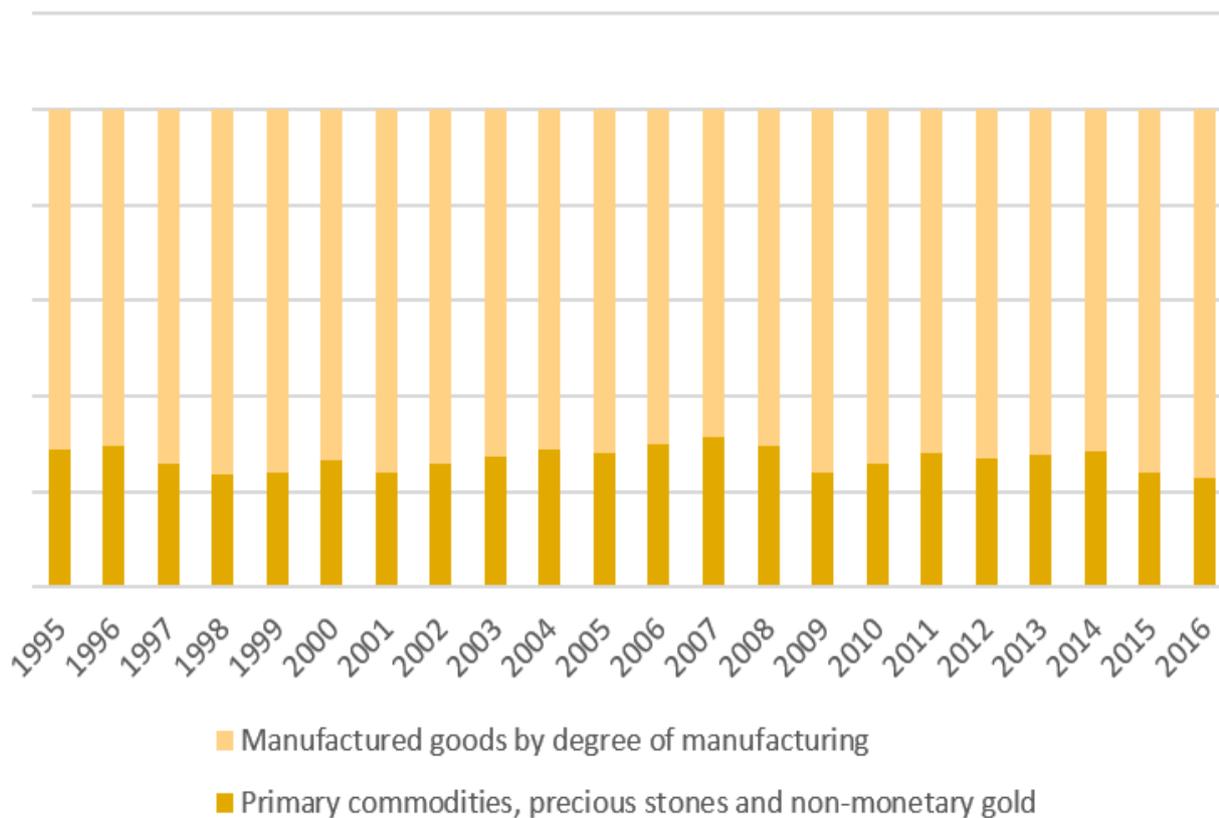
Tabela 1 - Exportações de *commodities* em relação ao PIB

Anos	Brasil	América do Sul
	%	%
1999	3,62	9,21
2000	3,40	11,15
2001	4,61	10,48
2002	5,44	15,30
2003	6,20	16,32
2004	6,62	18,35
2005	6,12	19,37
2006	6,06	10,67
2007	5,89	19,53
2008	6,38	19,45
2009	5,57	14,94
2010	5,82	15,28
2011	6,63	18,20
2012	6,76	16,75
2013	6,65	15,39

Fonte: Black (2015, p. 113)

Os dados do gráfico 03 apresentam as importações do Brasil referentes aos bens primários e os bens industriais. A dependência neste caso se torna evidente quando importamos mais bens industriais do que os bens primários.

Gráfico 03 – Importação do Brasil: bens primários, manufatura 1995-2016 (em milhares de dólares).

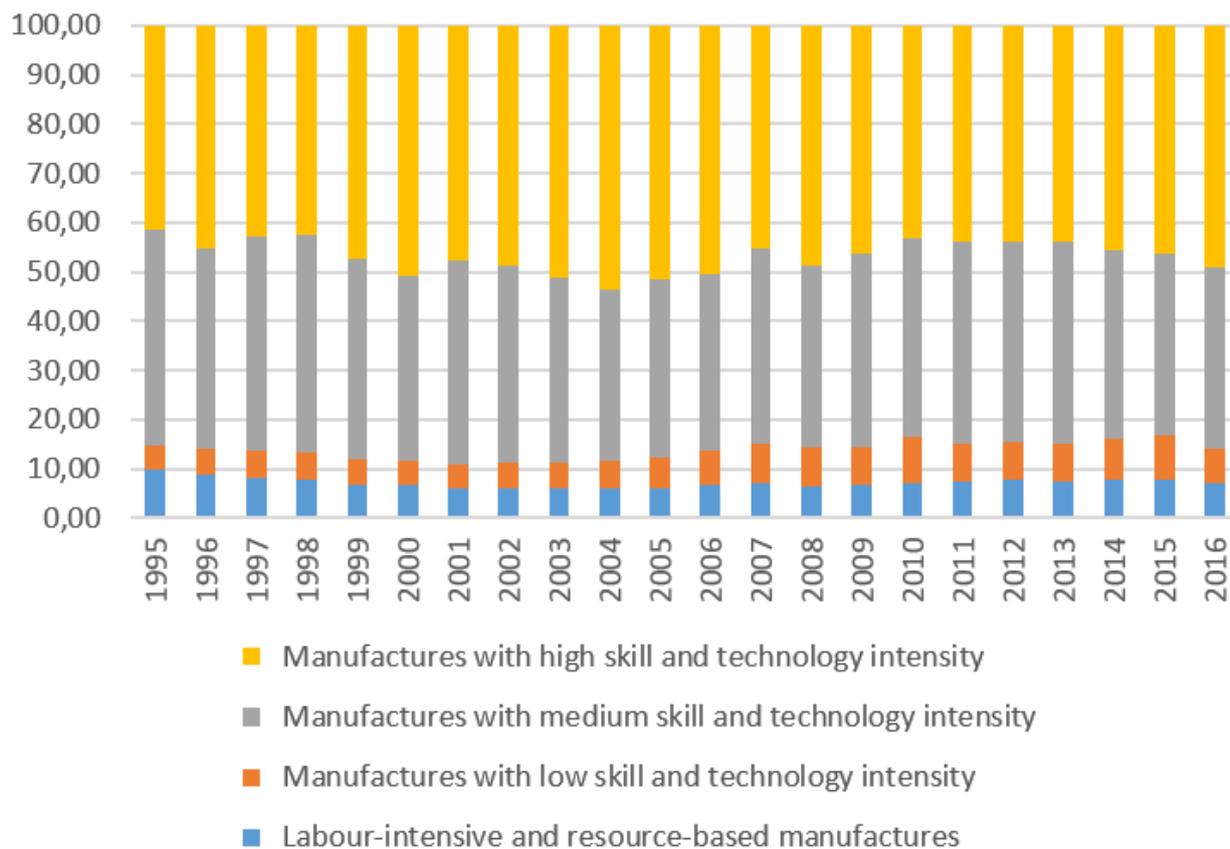


Fonte: UNCTAD (2017)

Conforme se observa no gráfico 03 o Brasil importou em média 73,13% de bens industriais em relação aos bens primários, sem apresentar grandes oscilações no período. Este fato demonstra a dependência que o país tem em relação as nações mais industrializadas.

O gráfico 04 apresenta a intensidade tecnologia dos produtos importados pelo Brasil.

Gráfico 04 – Importação do Brasil: intensidade tecnológica – 1995-2016 (em milhares de dólares).



Fonte: UNCTAD (2017)

O Brasil conforme se observa no gráfico 04 importa percentualmente mais bens de média e alta intensidade tecnológica, no período analisado, em todos os anos, estes bens representam mais de 80% das importações do país.

Em suma, verifica-se que o Brasil apresenta uma grande dependência tecnológica, o que faz com que o país importe bens com maior intensidade tecnológica. Já quando se trata das exportações, o país apresenta uma concentração maior em bens de média intensidade tecnológica. Entretanto o país destaca-se na região da América Latina por apresentar uma estrutura produtiva mais complexa que lhe possibilita ter em sua pauta de exportação automóveis e aviões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar no Brasil a relação entre dependência do padrão de reprodução do capital e a sua dinâmica agrícola, no período após 1990, verificam-se evidências que apontam que este país tem uma dinâmica diferenciada em relação aos demais países da América Latina. Dado que se trata de uma análise em

curso, ressalta-se que os dados apresentados ainda são insuficientes para que se tenha uma conclusão definitiva.

O Brasil tem um passado colonial similar aos demais países da região, por conseguinte, o caráter dependente e agrário é evidente, neste país, assim, como nos demais países da região. Destaca-se aqui, quando a região em seu conjunto deixa de apresentar o padrão de reprodução agromineiro exportador na segunda década do século XX para apresentar um padrão industrial na década seguinte, o Brasil passa a se distanciar através da sua complexidade econômica dos países latino-americanos. Assim, quando Osório caracteriza o atual padrão de reprodução do capital como, padrão exportador de especialização produtiva na década de 1980. O país não acompanha mais a possível uniformidade deste padrão na região.

A análise dos dados de IDE evidenciam o Brasil ter recebido 1/3 do valor em relação a região no período 2006-2008, explicitando a preferência e o volume diferenciado do investimento, mesmo que este indicador seja duvidoso quanto seu impacto no desenvolvimento. O grau de dependência do país em relação as exportações dos produtos primários, tem-se que o país apresenta uma média de 5,7% das exportações de *commodities* em relação ao PIB e os demais países da América do Sul apresentam em média cerca de 15% nos anos 1999-2013. Ainda em relação as exportações, porém, sem base comparativa, destaca-se que o país exporta mesmo que em baixos percentuais, produtos de alta intensidade tecnológica, como automóveis e aviões. Já em relação as importações, destacam-se os bens de média e alta intensidade tecnológica, que representam mais de 80% das importações e assim evidencia a dependência do país.

O trabalho sugere que o Brasil, enquanto nação dependente, apresenta características similares aos demais países da América Latina. Entretanto, sua matriz produtiva apresenta elementos mais complexos, o que o torna distinto em muitos aspectos. Deste modo, verifica-se evidências de que o país não tem um padrão exportador de especialização produtiva como os demais países da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, N.G.; SANTOS, R.F. **Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento.** In: <http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf> Acessado: Nov, 2017.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer A; ARAUJO, Priscila. *Padrão de Reprodução do Capital no Brasil.* Encontro Nacional de Economia Política, 2014.

BLACK, Clarissa. Um estudo sobre o investimento direto estrangeiro e a balança comercial no Brasil nas últimas décadas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, V41, 35-54. Disponível em <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3047>. Acessado: Nov, 2017

BLACK, Clarissa. O boom dos preços das *commodities* e a economia brasileira nos anos 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia/UFRGS, Rio Grande do Sul, 2015.

GUILLÉN, Arturo. *Modelos de desarrollo y estrategias alternativas en América Latina*. In: CORREA, E.; PALAZUELOS, A.; DÉNIZ, J.; América Latina y desarrollo económico. Estructura, inserción externa y sociedade. Ed. Akal, 2010. p. 15-42.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Investimento Direto e Internacionalização de Empresas Brasileiras no Período Recente. Brasília: IPEA, 2011. (Textos para discussão IPEA, n. 1610).

MIDIC - Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Dados sobre principais produtos da pauta de exportação. In < <http://www.mdic.gov.br/>>. Acessado nov, 2017.
www.midic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vix/frame-brasil

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

QUIJANO. Aníbal, *Colonialidade do poder; eurocentrismo e América Latina*. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005. p.227-278.

UNCTAD. Dados de exportação, importação por tipo e intensidade tecnológica do Brasil. In < <http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acessado, nov, 2017.